

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDENS DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – PRONUNCIAMENTOS**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/10/2018

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.019, que dispõe sobre o acesso a dados de vítimas, testemunhas e de agentes de segurança pública constantes de registros de evento de defesa social – Reds. (Faixa constitucional.)
Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.020, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências. (Faixa constitucional.)
Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.022, que institui a política estadual de incentivo e apoio à construção de cisternas nas zonas rurais do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.026, que autoriza o Poder Executivo a realizar a operação de crédito que específica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.035, que altera a Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão aos filhos de pessoas com hanseníase. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.000/2018, do governador do Estado, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.485, 11.486, 11.504, 11.505, 11.529 a 11.531, 11.539, 11.541 e 11.542/2018, do deputado Sargento Rodrigues; 11.512; 11.520, 11.521 e 11.522/2018, da Comissão de Participação Popular; e 11.559 e 11.560/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.201/2018, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos n°s 11.532/2018, do deputado Hely Tarquínio; 11.556/2018, do deputado Duarte Bechir; e 11.582/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 11.583 e 11.584/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 30/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 30/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 30/10/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.511, 11.525 e 11.526/2018, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Iran Barbosa, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 30/10/2018, às 11 horas, no Hospital da Polícia Civil, em Belo Horizonte, com a finalidade de averiguar as condições de funcionamento da unidade, que visa promover a saúde e o bem-estar dos profissionais e familiares da Polícia Civil mineira.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/10/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2018.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Iran Barbosa, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/10/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 11.485, 11.486, 11.504, 11.505, 11.529 a 11.531, 11.539, 11.541 e 11.542/2018, do deputado Sargento Rodrigues, 11.512, 11.520, 11.521 e 11.522/2018, da Comissão de Participação Popular, e 11.559 e 11.560/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre as Indicações nºs 63 a 68/2018, dos seguintes nomes para compor o Conselho Estadual de Educação: Lina Kátia Mesquita de Oliveira, Maria Conceição Caldeira de Oliveira, Edson de Paula Lima, Sérgio Luiz Nascimento, Aline Neves Rodrigues Alves e Rita de Cássia de Freitas Coelho

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Rosângela Reis e os deputados André Quintão e Cássio Soares, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 30/10/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2018.

Celise Laviola, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Rosângela Reis e os deputados André Quintão, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da Comissão de Participação Popular, e os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 30/10/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições das comissões e de, em audiência pública, debater o Projeto de Lei nº 5.405/2018, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2019, dando início ao processo de discussão participativa do plano nesta Casa, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2018.

Doutor Jean Freire, presidente.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/10/2018

O deputado Cláudio do Mundo Novo* – Exmo. Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, telespectadores da TV Assembleia, amigos que ocupam as galerias, deputados e deputadas, agradeço, do fundo do meu coração, a oportunidade que Deus está me dando de permanecer nesta Casa por três meses e meio, representando o nosso povo. Agradeço os 30 mil votos que eu obtive das pessoas que confiaram no nosso projeto, no nosso trabalho.

A palavra de Deus conta a história linda de 10 leprosos que foram curados. É interessante que, quando os 10 leprosos se juntaram, pensaram numa estratégia para chamar a atenção de Jesus, e quando Jesus os chamou, parou-os e curou os 10. E, caminhando para se apresentar ao sacerdote, um deles percebeu a cura e foi correndo agradecer a Jesus. E é exatamente isso que eu estou fazendo aqui. Eu quero agradecer a oportunidade. Trinta mil pessoas depositaram em mim a confiança para eu trabalhar muito para o povo mineiro.

É interessante que, em uma semana nesta Casa, pude visitar o Hospital Mário Penna e percebi o quanto ele precisa de ajuda e o quanto nós, deputados e deputadas, podemos ajudar a saúde pública no Estado. Nós podemos fazer muito se nos juntarmos, se dermos as mãos e trabalharmos pela saúde de Minas. Em relação ao trabalho que fazemos e desenvolvemos durante todo esse tempo, percebemos que há carência de políticas públicas em nosso estado. Trabalhamos bastante em defesa da vida, na luta contra a

legalização do aborto e das drogas, no auxílio aos idosos. Também trabalhamos muito atendendo e visitando às entidades caritativas, os hospitais filantrópicos.

Agradeço a Deus porque, nesses três meses e meio, trabalharemos muito, vamos nos dedicar a atender ao máximo de entidades. Ajudaremos os hospitais, as santas casas; vamos contribuir com o nosso trabalho onde for possível.

Deixo aqui a minha vida, o meu gabinete à disposição para trabalhar muito por você, que me acompanha agora pela TV Assembleia, por aqueles que mais precisam. Estou com muito gás, com muita vontade de fazer o bem. É o meu chamado. Deus me colocou no caminho da política para servir, para ajudar as pessoas.

Uma vez uma pessoa me parou e disse que não se mistura política com religião. Respondi: engraçado, a política se mistura com o quê? Com o direito, com a corrupção? A política se mistura com o quê?

Se pessoas de bem, se pessoas bem-intencionadas não entram na política para somar e para ajudar o município, o Estado e até mesmo o Brasil, como vai ficar a situação da política? As pessoas boas, de bem, estando ou não engajadas na religião, devem estar na política. Sigo muito o que o nosso papa Francisco nos pede: o cristão deve se engajar na política – isso é uma obrigação do cristão –, porque a política é a melhor forma de fazer o bem comum.

Portanto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, entendam bem isso, para, juntos, fazermos o bem para tantas pessoas que precisam de nós, para fazermos um bom trabalho, um trabalho de resgate de vidas, de auxílio às famílias que precisam, um trabalho para as crianças que precisam de nós e que hoje estão sendo massacradas por muitas entidades, cujos nomes nem precisamos citar os nomes.

Enfim, Sr. Presidente, quero me colocar à disposição para trabalhar muito pelo nosso povo. Entrei para esta Casa para servir, e da melhor forma possível. Agradeço muito. Que Deus nos abençoe e que abençoe nosso mandato. Estou aqui no Edifício Tiradentes, no gabinete nº 21, à disposição de você que nos acompanha. Pode mandar seu *e-mail*, pode ligar. Nossa equipe vai fazer o que puder para trabalharmos muito. Muito obrigado pela atenção de vocês.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para responder ao dono do jornal *O Tempo*, o Sr. Vittorio Medioli. Em sua coluna, publicada em 21/10/2018, Vittorio Medioli, após tentar justificar a postura do jornal ao tratar de denúncia envolvendo o candidato ao governo de Minas, Romeu Zema, passou a atacar abertamente a minha pessoa e a minha atuação como deputado estadual, além de desrespeitar a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, que presido. Esse fato não representa novidade, pois já é a terceira vez que o referido jornal publica, de forma leviana, matérias me atacando. O que ele se esqueceu de informar ao leitor foi que, como parte do Poder Legislativo, tanto o deputado como a comissão têm poderes e obrigações garantidos em lei. Um deles é o dever regimental de o presidente da comissão receber petição, reclamação, representação ou queixa de qualquer pessoa e adotar o procedimento regimental adequado, além de dar conhecimento da matéria recebida, conforme art. 120 do Regimento Interno da ALMG.

Parece que, como defensor da verdade e da transparência conforme se intitula, estendendo as qualidades ao jornal do qual é proprietário, esqueceu-se do preceito da neutralidade e também da necessidade de se checarem as informações. Ao ocupar-se apenas em publicar a defesa curiosamente enviada pelo candidato ao governo, que, mesmo sem ter seu nome divulgado, assumiu ser o acusado em fato citado pela matéria publicada, esqueceu-se também de verificar os documentos recebidos e de pedir, como o caso requer, a avaliação do seu departamento jurídico. Afirma que o processo transitou em julgado sem deixar brechas, ao mesmo tempo que questiona minha atitude ao apresentar-me como advogado. Mas não se deu ao trabalho nem mesmo de ler como o inquérito transcorreu na Justiça.

Os indícios das falhas e de que pode ter havido favorecimento dos acusados gritam aos olhos de qualquer leigo que tenha um pouco de bom senso. Detalhes como o fato de não ouvirem os denunciantes nem os profissionais que atenderam à vítima, bem

como a falta de anexação do laudo da psicoterapeuta que auxiliou a decisão da Justiça de Curitiba a pedir a guarda provisória da criança em benefício do pai, à época dos fatos, foram ignorados. Sem falar na ausência da identificação dos acusados na ocorrência da Polícia Civil de Minas, que registrou o recebimento da ocorrência policial do Paraná. Foram esses documentos que nos levaram à decisão de apurar e pedir a reabertura do inquérito.

Aliás, a própria resposta dada pelo acusado e publicada pelo jornal *O Tempo* muito contribui para a dúvida. Afinal, a alegação de inocência é justificada sob o falso argumento que distorce a real natureza dos fatos, ou seja, a afirmação de ter sido testemunha em um processo de disputa de guarda, o que não procede. Vale lembrar também a nota, prontamente e pessoalmente assinada pelo chefe de polícia, João Octacílio da Silva Neto – procedimento jamais adotado na corporação até tal data –, atestando a inocência de Romeu Zema e informando a acusação de denúncia caluniosa feita contra o pai da menor. Difícil é acreditar que, em tão pouco tempo, tenha ele tido condições de conhecer o inquérito a ponto de fazer tal afirmação. Outra interessante observação é sobre o referido processo movido contra o pai, parado desde 2015 na Justiça e movimentado, curiosamente, no dia 16/10/2018, data em que veio à tona a denúncia, com a marcação da audiência de instrução para 2021.

Acredito, Vittorio Medioli, que o tal “cuidado para não desferir acusações” e a intenção de “deixar livre seu leitor para interpretar” só vale para um lado. Onde foram parar esses preceitos de um dia para o outro, quando foram ignoradas todas essas falhas? Outro fato que desperta curiosidade foi a ligação que recebi de um jornalista desse jornal no dia 19 de outubro, querendo saber se já havia retirado do ar o vídeo em que apresentei a denúncia, antes mesmo que eu fosse notificado sobre a ordem judicial emitida pela Vara da Infância e Juventude com o objetivo de proteger e resguardar a menor.

Estivesse o acusado e todos que o defendem tão seguros da sua inocência e da imparcialidade do inquérito, por que temeriam tanto a investigação? Por que tamanho silêncio e ausência de explicações concretas em resposta às dúvidas levantadas? Não deveriam o próprio candidato e também o seu partido serem os maiores interessados na reabertura do inquérito, afastando toda e qualquer dúvida que possa pairar sobre sua pessoa? Mas, na contramão das respostas, a estratégia adotada é a velha e conhecida tentativa de desqualificar a denúncia e os denunciantes, em vez de investigar. Uma ótima atitude por parte de Romeu Zema para atestar sua inocência e a lisura com a qual foi conduzido o inquérito seria ele próprio ir ao Ministério Público e requerer a reabertura do procedimento. Poderia até fazê-lo acompanhado do cinegrafista de sua campanha, para que todos os mineiros tomassem conhecimento do fato. Seria uma nobre e correta atitude, ou não? Afinal, quem não deve não teme. Feito isso, a Comissão de Segurança Pública teria boa parte de seu trabalho poupado.

Atrair o questionamento sobre a época da denúncia ao período eleitoral é, no mínimo, muito oportuno. O fato de a Comissão de Segurança Pública da Assembleia ter recebido a denúncia há poucos dias antes da eleição não a exime da responsabilidade de cumprir com sua obrigação. Ao contrário, torna-a ainda maior. O caso é muito sério e não permite que, em razão de um possível prejuízo eleitoral de uma das partes, sejamos omissos. Fizemos o que é nossa obrigação legal e moral e, após receber e dar a publicidade que o ordenamento requer, solicitamos providências ao procurador-geral de Justiça de Minas Gerais para requerer a reabertura do inquérito e apurar os fatos denunciados, uma vez que esse é o procedimento correto e legal. Causa-nos imensa estranheza a resistência para que se faça isso, quando o normal seria todos quererem ver os fatos devidamente esclarecidos, tanto os envolvidos quanto a sociedade mineira e, claro, também a imprensa, em especial o veículo que trouxe inicialmente o assunto à tona.

Quanto à minha história política e atuação legislativa, Vittorio Medioli, deixo a palavra com os 123.648 eleitores que depositaram em mim seu voto de confiança. É dessa aprovação que necessito para saber se estou no caminho certo. Fato é que ser um deputado estadual que não se acovarda, que “coloca a cara a tapa” e que assume publicamente suas decisões e, ainda assim, é o segundo mais bem votado em um estado do tamanho de Minas Gerais, deve incomodar muita gente. Deputado Sargento Rodrigues – PTB. Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/10/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Carolina Pinto Brandão Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

exonerando Carla Martoni Mendes, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

exonerando Fabio Vasconcelos Machado, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Frederico Zerlottini Isaac, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho;

exonerando Glaucilene Ferreira Coelho, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho;

exonerando Gustavo dos Santos Magalhães Vieira, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

exonerando Júlio César Dolabela Guimarães, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Laura Fonseca Barreto, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

exonerando Letícia Camarano Minas, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Livia Freitas Chaves de Melo, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Piccinini;

nomeando Alfredo Ramos Neto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Carla Martoni Mendes, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Fabio Vasconcelos Machado, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

nomeando Gustavo dos Santos Magalhães Vieira, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Hilma Paiva Diniz Ribeiro, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Nozinho;

nomeando Izabella Mairink Rizzo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Júlio César Dolabela Guimarães, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

nomeando Letícia Camarano Minas, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Lafayette de Andrada;

nomeando Luís Fernando Moreira de Figueiredo, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 86/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 177/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 13/11/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de sociedade empresária para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e componentes, nos portões, cancelas e interfones da ALMG.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.